

Como citar esse artigo:

CARVALHO, Marcelo A. S.; OLIVEIRA, Michelle M. de. Mudanças e desafios curriculares no ensino básico sob a influência do “novo” ENEM. In: ARAUJO JUNIOR, Aloysio M. (org.). **Artigos da disciplina estágio curricular supervisionado em geografia II**: primeiro semestre de 2016. Florianópolis: NEPEGeo; UFSC, 2016/1. Disponível em www.nepegeo.ufsc.br

MUDANÇAS E DESAFIOS CURRICULARES NO ENSINO BÁSICO SOB A INFLUÊNCIA DO “NOVO” ENEM

Marcelo Ângelo Silva Carvalho¹
Michelle Martins de Oliveira²

Resumo

Este artigo apresenta algumas experiências vivenciadas e compartilhadas por dois estudantes que cursaram a disciplina de Estágio Supervisionado em Geografia na Universidade Federal de Santa Catarina, no segundo semestre de 2015 e no primeiro de 2016. O escrito baseia-se na problematização de possíveis funções do Ensino Médio e suas construções pautadas em subdivisões não inter-relacionadas de disciplinas. O objetivo principal foi relacionar as observações do período de prática do Estágio Supervisionado com a estruturação dos conteúdos no ensino básico, propondo uma nova “roupagem” a partir do modelo interdisciplinar que o “novo” Enem vem sendo elaborado. Defende-se, aqui, que o Sisu pode ser uma ferramenta em prol da democratização do ensino superior quando acompanhado pela reestruturação da escola pública de base.

Palavras-chave: Estágio Curricular Supervisionado em Geografia; Reestruturação do Ensino básico; “novo” Enem; Interdisciplinaridade do ensino.

Introdução

Este escrito discorrerá sobre a experiência dos autores numa escola estadual catarinense, tentando abrir o debate em relação ao desafio curricular das escolas públicas frente às mudanças de conteúdo e de concepção das últimas provas do ENEM. Acredita-se numa mudança positiva na elaboração dessas provas. Todavia, não se percebeu uma readaptação dos conteúdos abordados nessa escola pública, bem como suas metodologias. Não cabe aqui julgar se é pertinente ou não mudar uma concepção político-pedagógica apenas mediante um sistema avaliativo. Mas há de se convir que o sistema SISU, através do ENEM, possibilita uma maior democratização do ensino superior, visto que estudantes de escola pública não têm condições de competir para uma vaga com outros de escola particular, salvo exceções. Sendo assim, com escolas públicas devidamente preparadas e que possam aplicar a

1 Graduando em licenciatura em Geografia (UFSC), e-mail: huu.marc@gmail.com.

2 Bacharel em Geografia (UDESC) e graduanda em licenciatura em Geografia (UFSC), e-mail: michellemdo@gmail.com.

interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade no ensino, assim como a banca do Enem vem tentando formular suas provas, podemos pensar numa real intervenção para a democratização da Universidade pública.

A prática de estágio ocorreu numa escola pública, o Instituto Estadual de Educação (IEE), em Florianópolis-SC. No segundo semestre de 2015, os estagiários acompanharam uma turma de trinta e sete estudantes do segundo ano do Ensino Médio, durante aproximadamente dez semanas. Já no primeiro semestre de 2016, a prática se deu em uma turma de nono ano do Ensino Fundamental, possibilitando certa flexibilidade em termos de adaptação no ambiente escolar.

O estágio em licenciatura possibilita uma experiência ampla com a diversidade de comportamentos e pensamentos que estão em processo de fixação e propagação. Uma das discussões mais latentes no que toca o Ensino Médio é a preparação para a próxima etapa escolar, a entrada no Ensino Superior. A escola, enquanto reflexo da sociedade, expõe suas cicatrizes pragmáticas e já apresenta critérios rígidos de disciplinarização, tanto na esfera comportamental como no tocante à separação dos conteúdos. Nesse sentido, este escrito concentrou-se na segunda problematização, levantando alguns questionamentos: para que se ensina determinado assunto? Esses conteúdos estão preparando para o quê? O ensino visa apenas vencer as barreiras da próxima etapa escolar ou também prepara para o mercado de trabalho e para a vida em sociedade/cidadania? O sistema Sisu vem construindo com o Enem, uma nova “roupagem” de acesso à Universidade, estabelecendo um processo seletivo universal num âmbito nacional e trazendo um desafio à escola pública por seu caráter interdisciplinar. Nesse sentido, a divisão em disciplinas tradicionais contribui para uma preparação eficaz diante de um processo seletivo em mudança, que prioriza a interdisciplinaridade? A partir desse “descarrego” de questionamentos, espera-se iniciar nesse artigo algumas discussões já levantadas por alguns autores, relacionando a prática vivenciada no estágio.

Alguns apontamentos sobre os estágios

Resumidamente o Instituto Estadual de Educação³ foi criado em 1892 com o nome de Escola Normal Catarinense, localizada no antigo Palácio do Governo, onde atualmente encontra-se o Museu Cruz e Souza, no Centro da cidade de Florianópolis-SC. Com o aumento

³ Informações consultadas no endereço eletrônico: < www.iee.sed.sc.gov.br >. Acesso em 20 nov. 2015.

da procura de vagas na escola, foi transferido para o Campo do Manejo por ser um espaço maior e, no início da década de 1960, o Colégio Estadual Dias Velho (denominação recebida em 1949) foi transferido para Avenida Mauro Ramos (onde permanece até hoje), também no Centro da capital catarinense. A partir de 1969, começa a ser chamado de Instituto Estadual de Educação, sendo considerado o maior colégio da América Latina em termos de estrutura física. Nota-se, então, que o colégio IEE sempre se situou na parte central da cidade, onde concentra diversidades de comércios e de serviços.

Curiosamente, a primeira prática do estágio foi feita em uma turma que se insere num modelo supostamente diferenciado de ensino, designado pelo MEC (BRASIL, 2009) como Ensino Médio Inovador. Segundo o documento oficial, essa etapa de escolarização é a ponte do Ensino Básico para o Ensino Superior, portanto, deveriam ser pensadas “diferentes formas de organização curricular”. Sendo assim, o Governo estipulou um novo conceito de ensino, como se verifica na passagem:

Por esta concepção, o ensino médio deverá se estruturar em consonância com o avanço do conhecimento científico e tecnológico, fazendo da cultura um componente da formação geral, articulada com o trabalho produtivo. Isso pressupõe a vinculação dos conceitos científicos com a prática relacionada à contextualização dos fenômenos físicos, químicos e biológicos, bem como a superação das dicotomias entre humanismo e tecnologia e entre a formação teórica geral e técnica-instrumental (BRASIL, 2009:4).

O Ensino Médio Inovador estaria dentro, portanto, de ações e diretrizes do governo brasileiro para aprimorar a educação básica pública e fornecer respostas às políticas de educação anteriores, como o FUNDEB⁴ e o PDE⁵. Nesse contexto, a turma na qual se vivenciou o estágio, inserida num plano nacional de políticas educacionais possibilitava uma experiência diferenciada, quiçá inovadora. Porém, não se percebeu uma real potencialidade da turma, a não ser pelo fato de estarem integralmente na escola, em dois períodos: matutino e vespertino, quando os estudantes teriam aulas de teatro, por exemplo. Por assim dizer, no período do estágio não se presenciou nenhuma aplicabilidade “inovadora” em sala de aula. Houve, inclusive, certo entusiasmo por parte dos estagiários quando souberam da designação, surtindo ideias para planejar aulas mais elaboradas, como saídas de campo, piquenique,

4 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

5 Plano de Desenvolvimento da Educação.

exibição de filme, enfim, atividades extra sala. No entanto, tais ideias foram perdendo seus encantos no decorrer das observações e orientações, pois além de não dispor de tempo hábil de prática docente, não teve um amplo planejamento antecipado, dando margem para incertezas e inaplicabilidades.

Foi possível notar que a estrutura física do colégio IEE, por maior que fosse, apresentava-se de forma organizada e otimizada. Havia laboratórios específicos para cada disciplina, equipados com materiais didáticos e recursos digitais; um imenso pátio onde ocorriam os recreios; quadras esportivas a céu aberto; hortas coletivas e presença de áreas verdes; refeitórios e merendas; sala para *xerox* e impressão disponível para a comunidade escolar; sala dos professores com insumos básicos e computadores disponíveis para uso, além de ser um ponto de encontro dos docentes⁶; amplo estacionamento, apesar da ausência de bicicletários⁷; enfim, faz jus à referência de “maior escola da América Latina” no tocante à dimensão física.

Durante a fase de observação, os estagiários passaram a maior parte do tempo na sala dos professores em reuniões com a orientadora, em conversas com o professor da turma ou mesmo alterando os planejamentos das aulas. Além disso, a pesquisa fora do ambiente escolar também foi de vital importância para obter um planejamento razoável, ou seja, logo de início já se percebeu que o trabalho de professor não se encerra em sala de aula, há um tempo grande de dedicação fora dela. Durante esse período também houve muitas trocas entre os estudantes da turma e os estagiários, tanto num sentido afetivo como em relação ao conteúdo que estava sendo trabalhado. Isso se deu graças à personalidade da maioria dos estudantes, que se mostraram abertos à convivência. Pode-se dizer, inclusive, que em apenas duas semanas os estagiários já se sentiam a vontade no novo ambiente, bem como os estudantes e os professores.

Outro ponto a salientar é que, além de infraestrutura, um ambiente de trabalho harmônico depende das relações entre as pessoas. Nesse sentido, cabe enfatizar que as pessoas envolvidas no estágio proporcionaram um ambiente acolhedor e participativo. Não houve problemas de convivência, muito menos disputas de ego ou desentendimentos. Quando havia algo para ser dito e orientado, os professores e os estagiários foram éticos, honestos e

⁶ Notou-se a tentativa de diálogos entre os professores sobre seus descontentamentos sob ações governamentais que negligenciaram direitos dos mesmos.

⁷ Isso reflete, sobretudo, a falta de acessibilidade para ciclistas na região central de Florianópolis.

delicados. Foi um ambiente amistoso, o que contribuiu significativamente para um bom desempenho dos estagiários.

A metodologia das aulas ministradas baseava-se, essencialmente, em aulas expositivas dialogadas e na preparação de atividades que seriam solicitadas. Buscava-se um diagnóstico do aprendizado da turma, para não atropelar suas dificuldades, sendo assim, os conteúdos foram calmamente abordados e sempre revistos a cada aula. Os conteúdos eram registrados no quadro para facilitar o aprendizado, em forma de tópicos. Dava-se preferência a aulas mais abertas, de maneira que os estudantes pudessem ser ouvidos e considerados ao invés de apresentar os conteúdos prontos. Além disso, na medida do possível, eram formuladas perguntas aos estudantes, a fim de estimular o raciocínio e abrir questionamentos sobre as ideias expostas.

As avaliações foram feitas através das atividades desenvolvidas, diagnosticando o desempenho, a dedicação e a criatividade dos estudantes. Tal proposta vai de encontro à avaliação classificatória/somatória na qual Hoffmann (1997) critica. Segundo a autora, “a prática avaliativa classificatória considera as tarefas de aprendizagem a partir de uma visão linear, sem considerar a gradação das dificuldades naturais nas tarefas que se sucedem”. (HOFFMANN, 1998:57). Igualmente, a avaliação como uma função classificatória e burocrática persegue um princípio claro de descontinuidade, de segmentação, de parcelarização do conhecimento. Nesse sentido, pensou-se em avaliações qualitativas e diagnósticas, contrapondo-se à avaliação classificatória/somatória.

Cabe destacar a dificuldade enfrentada em planejar uma aula nivelada de acordo com o conhecimento prévio dos estudantes, pois cada um tem uma história escolar e de vida específicas. Nesse sentido, procurou-se um ponto de encontro entre a diversidade de capacitações dos jovens. Houve, inclusive, queixas dos próprios estudantes no que diz respeito a ideias e assuntos inovadores. Além disso, a preocupação sobre “o que” passar sobressai em relação a “como” passar, evidenciando a falta de maturidade na arte de ensinar. Contudo, foram momentos de prósperas aprendizagens.

A prática permitiu, sobretudo, algumas reflexões acerca dos sistemas de seleção ao Nível Superior em Universidades públicas. Desencadeou-se, então, uma proposta de pesquisa que abordasse a atual conjuntura das escolas públicas frente ao “novo” Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), abrindo “portas” para: 1) compreender, através da pesquisa bibliográfica, a trajetória histórica do Enem; 2) levantar questionamentos sobre o papel do

“novo” Enem substituindo os vestibulares tradicionais e como esse processo pode desencadear uma democratização do ensino superior; e 3) discutir o papel das escolas públicas na preparação para o Enem. Tentou-se questionar, sobretudo, se o Enem tem papel fundamental na definição do currículo das escolas públicas.

A problemática

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi formulado, em sua gênese, com o intuito de criar um sistema de avaliação dos estudantes desse ciclo escolar, no entanto, posteriormente passou a ser um mecanismo de seleção para o ingresso no ensino superior. Pretende-se discutir aqui o ENEM no âmbito da sua “nova fase”, a qual, segundo o MEC, pode contribuir para a democratização das oportunidades de acesso às vagas oferecidas por Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), para a mobilidade acadêmica e para induzir a reestruturação dos currículos do ensino médio⁸. Além disso, pretende-se analisar a forma interdisciplinar dos conteúdos de Geografia cobrados na prova do Enem e como isso pode ser a chave para uma reforma curricular do ensino básico público.

De acordo com o site do INEP/MEC, o “novo” Enem foi criado em 2009 e sua nota pode ser usada pelos participantes para diversos fins, como o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que distribui as vagas no ensino superior público; o Programa Universidade para Todos (ProUni), que oferece bolsas em instituições privadas; e o Sistema de Seleção Unificada do Ensino Técnico e Profissional (Sisutec), que destina vagas em cursos técnicos gratuitos. Assim sendo, o “novo” Enem passou de mero sistema avaliativo do ensino médio para um instrumento de acesso a outras instâncias educacionais. Essa mudança de direcionamento da prova já se refletiu no número de participantes desde sua criação em 1998, conforme o Gráfico 1.

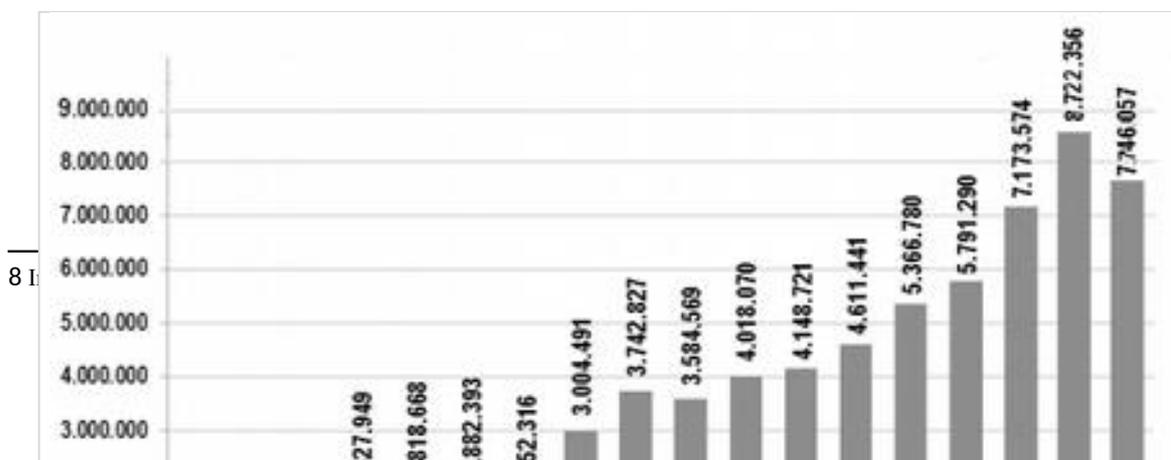


Gráfico 1: Evolução dos inscritos no ENEM (1998 a 2015)

Fonte: INEP, 2016.

Esse aumento do número de participantes é decorrente também da adesão das Universidades ao Sisu ou que utilizam a prova como auxiliares, atribuindo porcentagens que são somadas aos seus próprios vestibulares⁹. Segundo Oliveira (2015), em 2014, “o número de instituições que integram o sistema dobrou e o de vagas praticamente triplicou”. O Sisu funciona como uma ferramenta online que permite o cruzamento das vagas nas Universidades com as notas dos participantes do Enem, sendo possível, por meio de apenas uma inscrição, escolher vagas em instituições públicas de todo o país. Tal mecanismo, de certa forma, promove a ampliação do acesso ao ensino superior, assim como Oliveira salienta:

“A vantagem do sistema unificado é que ele promove a distribuição de vagas em instituições em todo o país através de um único exame, no caso o Enem, que pode ser realizado localmente. Isso torna o processo de seleção mais equitativo porque permite a participação de certas parcelas da população que outrora sequer participavam dos vestibulares das inúmeras universidades federais pelo fato de não poderem custear os gastos de transporte e estadia envolvidos” (OLIVEIRA, 2015:160).

Por outro lado, há estudantes que conseguem vagas em universidades longe de suas moradias, no entanto não têm condições financeiras para ingressar, por isso muitos candidatos aprovados não se matriculam. Nesse sentido, não cabe apenas à política de ingresso contribuir para a democratização do acesso e ao intercâmbio acadêmico, mas também às políticas de permanência nos *campi* universitários, como bolsas de moradia e de alimentação. Boaventura de Souza Santos (2004) diz que a política de acesso deve caminhar junto com a de permanência, através de bolsas e não empréstimos, bolsas estas que devem ser concedidas

⁹ O site Brasil Escola fez uma lista dessas universidades espalhadas pelo país, acesso pelo sítio eletrônico: <<http://vestibular.brasile scola.uol.com.br/enem/lista-adesao-enem.htm>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

mediante contrapartidas no *campus* universitário ou fora dele, como por exemplo, estudantes de licenciatura realizando tutorias em escolas públicas (SANTOS, 2004:50).

Oliveira (2015:161) em seu escrito salienta também que o Enem faz parte de um conjunto de medidas adotadas pelo governo na expansão do ensino superior, ou seja, políticas como o Reuni, o ProUni, o FIES, o Sisu e a Lei de Cotas. Ainda que o Enem não seja um instrumento isolado das políticas de acesso à Universidade, como bem enfatizou Oliveira, a nosso ver, a sua reestruturação teve muito mais benefícios do que malefícios, pois permitiu a entrada de estudantes da escola pública, que outrora não tinham condições frente aos estudantes da escola privada. É certo que ainda as disparidades entre as preparações para o exame entre a escola pública e privada são gritantes, mas desconsiderar uma medida que pode sim favorecer os historicamente desfavorecidos é, no mínimo, arrogância. Como bem colocou Boaventura Santos (2004:52-53), a questão do acesso vem sendo debatida junto à questão da meritocracia, e muitas políticas de ações afirmativas no Brasil vêm sofrendo resistências por parte da elite conservadora, tentando manter seus critérios de seleção através do mérito. O Enem ainda mantém, de certa forma, o mérito como critério de seleção¹⁰, todavia possibilita maior acessibilidade e por isso deve ser criticado com cautela, tocando nos seus pontos fracos através de sugestões de melhorias, como a reforma do ensino básico e políticas de apoio ao estudante de escola pública.

Sendo assim, o problema a ser resolvido é a disparidade entre a educação básica e a educação superior públicas, em termos qualitativos de ensino. A intervenção na escola pública é onde o governo deve se concentrar. De acordo com Boaventura Souza (2004:61), a própria universidade se ausentou na formulação de alternativas à crise da escola pública, inclusive educadores e gestores escolares comprometidos com projetos progressistas se queixam da falta de apoio da universidade pública. O autor propõe algumas diretrizes no debate do saber pedagógico, que a nosso ver, são de fato riquíssimas: a) valorização da formação inicial e sua articulação com os programas de formação continuada; b) reestruturação dos cursos de licenciatura de forma a assegurar a integração curricular entre formação profissional e formação acadêmica; c) colaboração entre pesquisadores universitários e professores das escolas públicas na produção e difusão do saber pedagógico, mediante reconhecimento e estímulo da pesquisa-ação; d) criação de redes regionais e nacionais de universidades públicas para desenvolvimento de programas de formação continuada em parceria com os sistemas

¹⁰ Vide Aparecida Barros (2016).

públicos de ensino. Acrescentaria nessas reformas a desfragmentação disciplinar dos conteúdos das escolas públicas, no sentido de uma interdisciplinaridade, assim como a prova do Enem propõe, que, segundo o documento do INEP (2013), os resultados do Enem têm potenciais para “a criação de referência nacional para o aperfeiçoamento dos currículos do Ensino Médio” (INEP, 2013:12).

O “novo” Enem também trouxe alterações na estrutura da prova, que passou a ser aplicada em dois dias, em virtude do aumento do número de questões. Ademais, a matriz de competências foi modificada a partir da matriz do ENCCEJA e foram introduzidas mais habilidades (INEP, 2013). Nesse sentido, a disciplina de Geografia passou a ser cobrada juntamente a outras três disciplinas - História, Sociologia e Filosofia - dentro de uma área do conhecimento, que o MEC nomeou como “Ciências Humanas e suas Tecnologias (INEP, 2013:14). Todavia, a Geografia não aparece apenas nessa área do conhecimento, verifica-se também atrelada à Biologia nas “Ciências da Natureza e suas Tecnologias”. Em outras palavras, o MEC propõe uma nova concepção de conhecimento, pautado na interdisciplinaridade. Não obstante, ao analisar a prova de 2015, é possível perceber a preocupação da banca em estabelecer uma postura crítica e contemporânea, trazendo autores das ciências humanas atuantes pela busca da justiça social e pela mudança do *status quo*. Abaixo segue algumas questões selecionadas da prova de 2015.

Apesar de seu disfarce de iniciativa e otimismo, o homem moderno está esmagado por um profundo sentimento de impotência que o faz olhar fixamente e, como que paralisado, para as catástrofes que se avizinham. Por isso, desde já, saliente-se a necessidade de uma permanente atitude crítica, o único modo pelo qual o homem realizará sua vocação natural de integrar-se, superando a atitude do simples ajustamento ou acomodação, apreendendo temas e tarefas de sua época.

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

Paulo Freire defende que a superação das dificuldades e a apreensão da realidade atual será obtida pelo(a)

- A desenvolvimento do pensamento autônomo.
- B obtenção de qualificação profissional.
- C resgate de valores tradicionais.
- D realização de desejos pessoais.
- E aumento da renda familiar.

Figura 1: Questão 3 da área Ciências Humanas e suas Tecnologias, Caderno Azul
Fonte: INEP/MEC, 2015.

Até o fim de 2007, quase 2 milhões de pessoas perderam suas casas e outros 4 milhões corriam o risco de ser despejadas. Os valores das casas despencaram em quase todos os EUA e muitas famílias acabaram devendo mais por suas casas do que o próprio valor do imóvel. Isso desencadeou uma espiral de execuções hipotecárias que diminuiu ainda mais os valores das casas. Em Cleveland, foi como se um "Katrina financeiro" atingisse a cidade. Casas abandonadas, com tábuas em janelas e portas, dominaram a paisagem nos bairros pobres, principalmente negros. Na Califórnia, também se enfileiraram casas abandonadas.

HARVEY, D. O enigma do capital. São Paulo: Boitempo, 2011.

Inicialmente restrita, a crise descrita no texto atingiu proporções globais, devido ao(à)

- A superprodução de bens de consumo.
- B colapso industrial de países asiáticos.
- C interdependência do sistema econômico.
- D isolamento político dos países desenvolvidos.
- E austeridade fiscal dos países em desenvolvimento.

Figura 2: Questão 8 da área Ciências Humanas e suas Tecnologias, Caderno Azul
Fonte: INEP/MEC, 2015.

O Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia ensina indígenas, quilombolas e outros grupos tradicionais a empregar o GPS e técnicas modernas de georreferenciamento para produzir mapas artesanais, mas bastante precisos, de suas próprias terras.

LOPES, R. J. O novo mapa da floresta. Folha de S. Paulo, 7 maio 2011 (adaptado).

A existência de um projeto como o apresentado no texto indica a importância da cartografia como elemento promotor da

- A expansão da fronteira agrícola.
- B remoção de populações nativas.
- C superação da condição de pobreza.
- D valorização de identidades coletivas.
- E implantação de modernos projetos agroindustriais.

Figura 3: Questão 15 da área Ciências Humanas e suas Tecnologias, Caderno Azul
Fonte: INEP/MEC, 2015.

No final do século XX e em razão dos avanços da ciência, produziu-se um sistema presidido pelas técnicas da informação, que passaram a exercer um papel de elo entre as demais, unindo-as e assegurando ao novo sistema uma presença planetária. Um mercado que utiliza esse sistema de técnicas avançadas resulta nessa globalização perversa.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2006 (adaptado).

Uma consequência para o setor produtivo e outra para o mundo do trabalho advindas das transformações citadas no texto estão presentes, respectivamente, em:

- A Eliminação das vantagens locacionais e ampliação da legislação laboral.
- B Limitação dos fluxos logísticos e fortalecimento de associações sindicais.
- C Diminuição dos investimentos industriais e desvalorização dos postos qualificados.
- D Concentração das áreas manufatureiras e redução da jornada semanal.
- E Automatização dos processos fabris e aumento dos níveis de desemprego.

Figura 4: Questão 29 da área Ciências Humanas e suas Tecnologias, Caderno Azul
Fonte: INEP/MEC, 2015.

A questão ambiental, uma das principais pautas contemporâneas, possibilitou o surgimento de concepções políticas diversas, dentre as quais se destaca a preservação ambiental, que sugere uma ideia de intocabilidade da natureza e impede o seu aproveitamento econômico sob qualquer justificativa.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006 (adaptado).

Considerando as atuais concepções políticas sobre a questão ambiental, a dinâmica caracterizada no texto quanto à proteção do meio ambiente está baseada na

- A prática econômica sustentável.
- B contenção de impactos ambientais.
- C utilização progressiva dos recursos naturais.
- D proibição permanente da exploração da natureza.
- E definição de áreas prioritárias para a exploração econômica.

Figura 5: Questão 45 da área Ciências Humanas e suas Tecnologias, Caderno Azul
Fonte: INEP/MEC, 2015.

A figura 1 ilustra a questão número 3 da área de Ciências Humanas cujo tema era a pedagogia autonomista de Paulo Freire, que dificilmente é trabalhado no ensino básico, mas poderia ser. A figura 2 traz uma questão do geógrafo David Harvey sobre o início da crise econômica mundial de 2008 e suscita uma interpretação das redes financeiras mundiais, tema também muito importante a ser trabalhado no ensino básico. Já a questão número 15 da prova, vide figura 3, trouxe uma matéria da Folha de São Paulo do jornalista Reinaldo José Lopes, que trata sobre o projeto “Nova Cartografia Social da Amazônia” cujo tema reflete-se na gestão participativa das comunidades historicamente excluídas, levantando debates sobre as multiterritorialidades sócio-espaciais. A figura 4 ilustra outra questão da prova, que aborda a globalização perversa teorizada por Milton Santos. E a última questão das Ciências Humanas traz ideias progressistas da ecologia política de Carlos Walter Porto-Gonçalves. Enfim, diversos autores e temas onde o pensamento crítico à esquerda se coloca como desafio pedagógico a ser repensado na escola básica.

Marques (1993), com sua crítica à construção histórica da escola centrada na razão modernista, chama a atenção para a superação da fragmentação das disciplinas através de eixos temáticos e interdisciplinares. Ele defende:

“Necessita a sala de aula ser entendida como lugar de encontro para as relações educativas face a face e, sobretudo de ouvido a ouvido, e como tempo de trabalho de uma turma de alunos e uma equipe de professores que efetivamente a constituem: uma unidade e que se supere a fragmentação das disciplinas e das responsabilidades, em práticas orientadas por e para linhas e eixos temáticos e conceituais interdisciplinares, não apenas uma justaposição de disciplinas enclausuradas em si mesmas, mas de maneira que, em cada uma, se impliquem as demais regiões do saber” (MARQUES, 1992 apud MARQUES, 1993:111).

Como campo disciplinar, a Geografia deveria estar mais atrelada a outros campos científicos, como a sociologia política, a antropologia, a história, as ciências biológicas, ou seja, abrir-se para novos horizontes relacionais. Ademais, o processo de ensino-aprendizagem é complexo e variável, tendo que ser readaptado de acordo com as circunstâncias dos sujeitos envolvidos. Assim como pontua Marques (1993:110): “cada novo coletivo em que se insere o professor em cada turma de alunos, dele exige que se integre num processo vivo e original de construção de conceitos [...]”. Dessa maneira, com a construção recíproca do conhecimento entre o educador e o educando, é que a proposta do Enem deve se pautar, não sendo um mero

exame padronizador dos currículos das escolas básicas, mas sendo um sistema de avaliação sob a ótica de “uma dinâmica integradora em que os conteúdos curriculares se relacionem e se reorganizem em contínuo, articulando-se em estruturas outras, mais complexas a um tempo e melhor direcionadas à interpretação das mudanças em curso e das novas relações percebidas” (MARQUES, 1993:111).

Numa outra perspectiva, Cássio Hissa (2011) salienta que é preciso mais do que uma interdisciplinaridade, impera-se construir a intenção e o gesto da transdisciplinaridade, ou seja, faz-se necessário pensar e colocar em prática uma abordagem transdisciplinar não apenas no âmbito do conhecimento científico, mas também no mundo das relações entre ciência e saberes diversos (HISSA, 2011:95). Outrossim, segundo o autor, foi Jean Piaget que utilizou pela primeira vez o termo transdisciplinaridade, empregando-o como uma fase subsequente à interdisciplinaridade (HISSA, 2011:96). Ou seja, a interdisciplinaridade seria o desejo de diálogo dos conhecimentos especializados da ciência moderna, entretanto, tal processo se esvazia de crítica à medida que nega o diálogo com outras formas do saber, num sentido de transgressão das fronteiras científicas. O autor salienta que “a transdisciplinaridade não é algo que possa se referir às disciplinas, mas ao mundo” (HISSA, 2011:103). Nesse sentido, a sua crítica coloca em cheque os discursos daqueles que proferem a transdisciplinaridade sem fazer referência à mistura entre o conhecimento científico e os saberes que circulam nas sociedades. Acrescenta: “são nos territórios da fronteira da ciência que a disciplina encontra a sua própria abertura e possibilidades de diálogo: com as disciplinas científicas e com os diversos saberes não científicos. Somente assim poderemos imaginar uma ciência plena de mundo, mais prática, que não desperdice as experiências e os saberes do mundo [...] a transdisciplinaridade incorporada à *ecologia de saberes*¹¹” (HISSA, 2011:103).

Cássio Hissa (2011) discute, amiúde, o papel da ciência, mas não menciona explicitamente como a ciência é trabalhada nas escolas. Todavia, como o conteúdo escolar é oriundo da ciência acadêmica - por mais que muitas mudanças científicas sejam negligenciadas pelos currículos escolares -, é certo que a ciência numa abordagem transdisciplinar deva ser transferida também à escola. Provavelmente, fazer ciência transdisciplinar nas escolas seja mais espontâneo, visto que os sujeitos do processo de ensino-

11 A ecologia dos saberes vem acompanhada por uma revolução epistemológica, é uma extensão de fora para dentro da universidade: “consiste na promoção de diálogos entre o saber científico ou humanístico, que a universidade produz, e saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, provindos de culturas não ocidentais (indígena, de origem africana, oriental, etc.) que circulam na sociedade” (SANTOS, 2004:56).

aprendizagem estão mais vinculados com o mundo fora das universidades - centros da construção científica.

Considerações finais

Neste estudo vimos brotar uma discussão acerca do “novo” Enem relacionando-o à reforma do ensino básico a partir da experiência em sala de aula de dois estagiários concluintes do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina. Evidenciou-se que o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi formulado, em sua gênese, com o intuito de criar um sistema de avaliação dos estudantes desse ciclo escolar. No entanto, posteriormente passou a ser um mecanismo de seleção para o ingresso ao ensino superior, através do Sisu. A partir do recorte temporal dessa “nova fase” do Enem, colocado em prática no ano de 2009, buscou-se questionar a democratização do acesso à universidade pública e como as escolas públicas podem se orientar diante da proposta interdisciplinar que as matrizes do Enem oferecem como rumo curricular.

O sistema unificado, como foi colocado, promove a equidade no processo de seleção para a universidade pública, pois um único exame é utilizado para pleitear diversas vagas Brasil afora. Nesse sentido, o que se espera na conjuntura atual da política educacional é investimento maciço em políticas de permanência dos estudantes que não têm condições de custear moradia e alimentação vivendo fora de seus lugares de origem e, sobretudo, reestruturar o ensino básico. Para isso, poder-se-ia pensar uma reforma de cunho articulado universidade-escola, assim como Boaventura de Souza Santos abordou em seu escrito sobre o saber pedagógico, enfatizando que são necessárias políticas sensíveis no tocante à produção e difusão do saber pedagógico, à pesquisa educacional e à formação dos docentes da escola pública (SANTOS, 2004:60).

Outro ponto debatido neste artigo foi a preocupação do MEC em propor uma nova concepção da construção do conhecimento através da interdisciplinaridade e da postura crítica, demonstrada pelos exemplos trazidos da prova de 2015, onde percebeu-se a riqueza em termos de conteúdo e de temáticas discutidas por diversos autores das ciências humanas atuantes pela busca da justiça e transformação social. Ainda assim, o Enem não deve ser um referencial forte e doutrinário, pelo contrário, deve ser repensado sempre que possível, sendo um reflexo da construção recíproca do saber entre o educador, o educando e o mundo. O “novo” Enem deve ser encarado como um mecanismo facilitador para a continuação dos

estudos dos jovens e dos adultos historicamente excluídos e a reforma curricular do ensino básico deve ser orientada em prol da formação de cidadãos críticos e conscientes da vida política e social das múltiplas escalas do cotidiano, transgredindo as fronteiras do conhecimento científico, ou melhor: buscando a transdisciplinaridade (HISSA, 2011) dos múltiplos saberes do mundo.

Por fim, alguns caminhos para a reforma do ensino básico se mostram necessários, como: 1) a quebra do paradigma disciplinar, substituindo-o por práticas que favoreçam a transdisciplinaridade; 2) o investimento na formação continuada dos professores, bem como vinculá-los à pesquisa e, sobretudo, fornecer condições dignas de trabalho, como aumentos salariais, diminuição de carga horária, entre outros; 3) a consideração da realidade da escola pública nas medidas reformadoras, ou seja, as diretrizes nacionais devem ser pensadas junto às vicissitudes de cada escola; 4) a estabilidade do financiamento da educação pública, legitimando o projeto contra-hegemônico da universidade pública¹²; 5) ações buscando parcerias ativas entre a Universidade e a escola pública; 6) a formação de uma equipe pedagógica multidisciplinar nas escolas; 7) a luta por espaços de participação democrática na gestão das escolas e na construção curricular.

Referências

BARROS, A. S. X. **Vestibular e Enem: um debate contemporâneo**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.22, n. 85, p. 1057-1090, out./dez. 2014. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso 27 jun. 2016.

BRASIL. Secretaria de educação básica. **Ensino Médio Inovador**. Brasília: MEC, 2009. Disponível em: <www.portal.mec.gov.br>. Acesso 20 jun. 2016.

HISSA, C. E. V. **Transdisciplinaridade: breves notas acerca de limites e fronteiras da ciência moderna**. NUPEAT–IESA–UFG, v.1, n.1, jan./jun., 2011, p.90–105, Artigo 8.

HOFFMANN, Jussara. **Pontos e contrapontos: do pensar ao agir em educação**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

¹² Vide SANTOS (2004).

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Exame Nacional do Ensino Médio (Enem): relatório pedagógico 2009-2010**. Brasília, MEC, 2013.

_____. **Exame Nacional do Ensino Médio (Enem): prova de ciências humanas e suas tecnologias/ prova de ciências da natureza e suas tecnologias**. 1º Dia, Caderno 1 - Azul, 2015. Brasília, MEC, 2015.

MARQUES, M. O. **Conhecimento e modernidade em reconstrução**. Ijuí: UNIJUÍ, 1993.

Oliveira, A. B. C. de. **O Enem como processo seletivo para o ensino superior: algumas considerações sobre a democratização do acesso e sobre o construto do exame**. In: *Jornal de Políticas Educacionais*, V. 9, N. 17-18, jan-jun e ago-dez de 2015. Disponível em: <www.ser.ufpr.br>. Acesso 02 jul. 2016.

SANTOS, B. de S. **A universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. Brasília, DF, [2004?]. Disponível em: <www.ces.uc.pt>. Acesso 26 jun. 2016.